# Demonstrações Contábeis Regulatórias

## Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Classificação: Direcionado

# SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024 ..... 1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias ..... 9

BALANÇOS PATRIMONIAIS ..... 10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ..... 12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES ..... 13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... 14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ..... 15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..... 16
1. CONTEXTO OPERACIONAL ..... 16
2. BASE DE PREPARAÇÃO ..... 17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ..... 19
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS ..... 19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES ..... 20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS ..... 20
7. IMOBILIZADO ..... 20
8. INTANGÍVEL ..... 21
9. FORNECEDORES ..... 22
10. ENCARGOS SETORIAIS ..... 22
11. TRIBUTOS ..... 23
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... 23
13. RECEITA ..... 25
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS ..... 26
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS ..... 26
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS ..... 27
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ..... 28
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS ..... 30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS ..... 32
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO ..... 34

TERMO DE RESPONSABILIDADE ..... 39

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Companhia é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

### Capacidade instalada

| Central Gerada | Capacidade instalada (MW) |
|---|---|
| Itutinga | 52 |

### Parque Gerador – Características Físicas

| Usina | Potência Total (MW) | Garantia Física Total (MW) | Tipo de Usina | Início de Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
|---|---|---|---|---|---|
| UHE Itutinga | 52 | 26,60 | UHE | 1955 | 03/01/2053 |

### Garantia Física Realizada e Esperada

| sina | 2023 Realizado | 2024 Realizado | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| UHE Itutinga | 7,98 | 7,98 | 7,98 | 7,98 | 7,98 | 7,98 | 7,98 |

### Modelo de Negócio e Condições no ACR

| Usina | Modelo de Negócio em 01/Jan/2024 | Preço no ACR em 01/Jan/2024 | Data e Índice de reajuste no ACR |
|---|---|---|---|
| **Integral** | | | |
| UHE Itutinga | Cotas Garantia Física | RAG de R$ 46.049 mil | (1) |

(1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2024, atualização dos custos de transmissão em julho de 2024. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

## INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Itutinga S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R$ 1.229 mil, desse montante destaca-se a ampliação da SE Itutinga.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

**Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)**

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

## DESEMPENHO ECONÔMICO

***Resultado do Exercício***

Companhia obteve um resultado regulatório de R$35.558 mil em 2024, comparado ao resultado de R$32.202 mil em 2023, representando um aumento de 10,42%.

***Receita***

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Itutinga, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – ME – UHE Itutinga, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

*Fornecimento bruto de energia elétrica*

A Companhia tem direito a uma receita anual de geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2024 foi de R$55.065 mil, comparada a 2023 que foi de R$52.208 mil.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

***Custos e Despesas Operacionais***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$14.815 mil em 2024 (R$15.741 mil em 2023), dos quais R$354 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R$1.161 mil em 2023) e R$14.461 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R$14.580 mil em 2023).

***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R$2.627 referente a imposto de renda e contribuição social, representando 6,88% em relação ao lucro antes dos impostos de R$38.185 antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R$2.724, representando 7,80% em relação ao lucro de R$34.926 antes dos efeitos fiscais.

***Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA***

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R$41.751 mil (R$37.362 mil em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 81,99% no mesmo período (78,58% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

| | 2024 | 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|
| **Resultado regulatório** | 35.558 | 32.202 | 10,42 |
| Despesa com IR e CS | 2.627 | 2.724 | (3,56) |
| Resultado financeiro | (2.075) | (3.118) | (33,45) |
| Amortização e depreciação | 5.641 | 5.554 | 1,57 |
| **LAJIDA (1)** | **41.751** | **37.362** | **11,75** |

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do resultado do exercício de 2024, no montante de R$47.951 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.398 mil para constituição de reserva legal;
- R$22.777 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R$22.776 mil para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

## SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

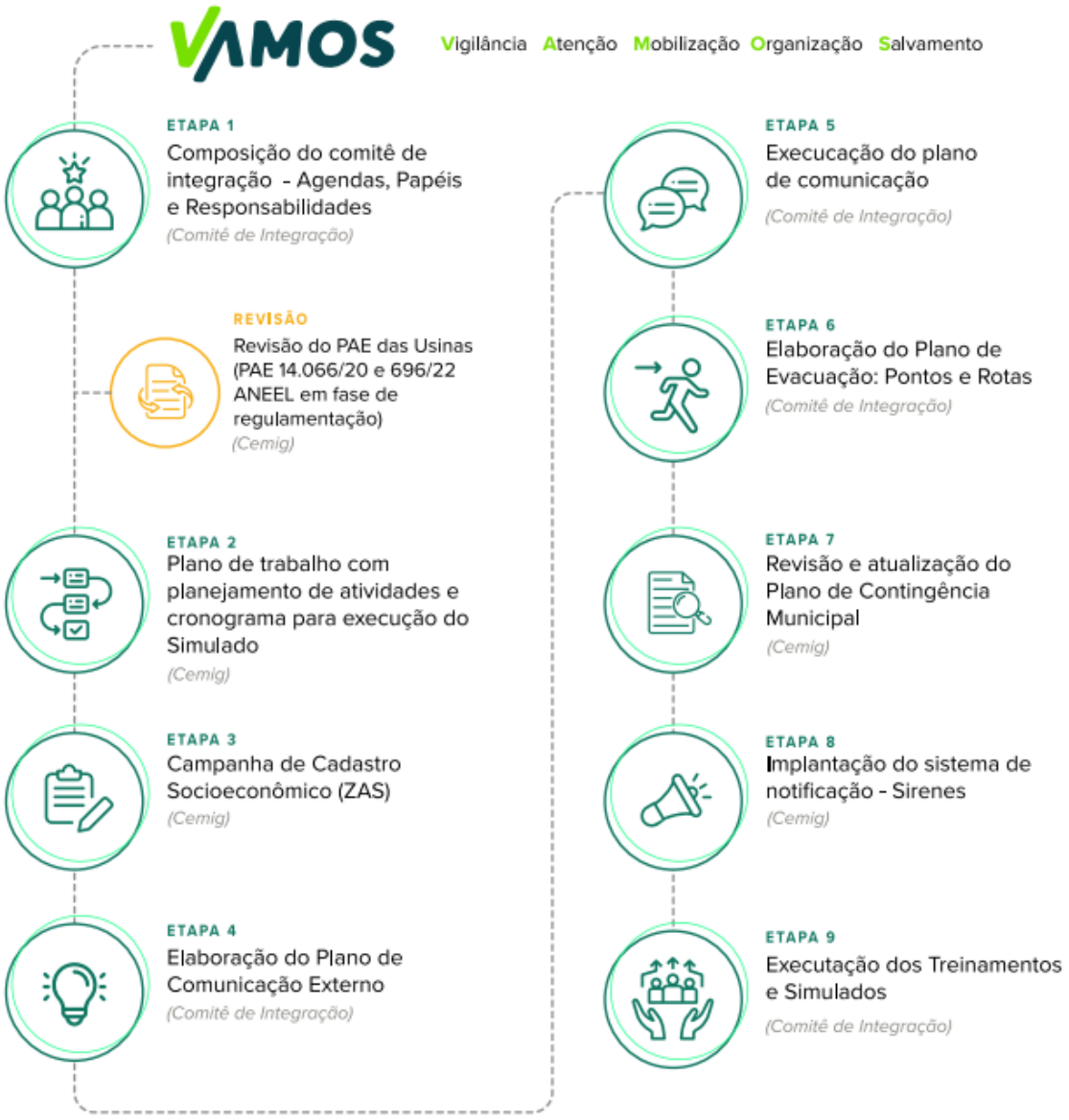
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do "Projeto VAMOS", que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:




Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti ( em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e

Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**Cemig Geração Itutinga S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Itutinga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Itutinga S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Itutinga S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

*KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.*

## Outros assuntos

A Cemig Geração Itutinga S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil , sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de Reais)

## ATIVO

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.519 | 2.144 |
| Investimentos temporários | 4 | 3.261 | 4.355 |
| Consumidores e revendedores | 5 | 6.258 | 4.753 |
| Tributos compensáveis | | 47 | 342 |
| Serviços em curso | | 112 | - |
| Outros créditos | | - | 3 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **11.197** | **11.597** |
| | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Investimentos temporários | 4 | 1.230 | - |
| Tributos compensáveis | 6 | 862 | 508 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar | | 53 | 15 |
| Imobilizado | 7 | 12.039 | 10.997 |
| Intangível | 8 | 112.139 | 117.393 |
| Direito de uso | | 283 | 423 |
| Outros créditos | | 50 | 97 |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **126.656** | **129.433** |
| **ATIVO TOTAL** | | **137.853** | **141.030** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de Reais)

## PASSIVO

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | 9 | 2.074 | 1.172 |
| Encargos setoriais | 10 | 437 | 776 |
| Impostos, taxas e contribuições | 11 | 424 | 321 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 11 | 534 | 437 |
| Dividendos a pagar | 12 | 22.777 | 20.422 |
| Convênio de compartilhamento | 18 | 317 | 408 |
| Passivo de arrendamento | | 94 | 96 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **26.657** | **23.632** |
| | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Encargos setoriais | 10 | 1.004 | 322 |
| Impostos, taxas e contribuições | 11 | 2.075 | 1.538 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 11 | 1.687 | 1.451 |
| Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | - | 17 |
| Passivo de arrendamento | | 214 | 343 |
| Outros passivos não circulantes | | 8 | 4 |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **4.988** | **3.675** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **31.645** | **27.307** |
| | | | |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 11 | | |
| Capital social | | 151.309 | 151.309 |
| Prejuízos acumulados | | (45.101) | (37.586) |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **106.208** | **113.723** |
| **PASSIVO TOTAL** | | **137.853** | **141.030** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | 13a | **55.065** | **52.208** |
| Fornecimento Industrial | | - | 4.031 |
| Transações com Energia na CCEE | | 7.167 | 1.610 |
| Suprimento Cotas - Geração Própria | | 47.718 | 34.343 |
| Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria | | 163 | (922) |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | 17 | 13.146 |
| | | | |
| **TRIBUTOS** | 13b | **(2.395)** | **(2.811)** |
| PIS/Pasep | | (405) | (351) |
| Cofins | | (1.869) | (1.620) |
| ICMS | | (121) | (840) |
| | | | |
| **ENCARGOS – PARCELA "A"** | 13b | **(1.745)** | **(1.848)** |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (143) | (125) |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | | (204) | (159) |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | | (102) | (79) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | (101) | (10) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (1.134) | (1.440) |
| CDE sobre P&D | | (61) | (35) |
| | | | |
| **RECEITA LÍQUIDA** | 13 | **50.925** | **47.549** |
| | | | |
| **CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA "A"** | 14 | **(354)** | **(1.161)** |
| Encargos de uso da rede de distribuição | | (354) | (1.179) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | - | 18 |
| | | | |
| **RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS** | | **50.571** | **46.388** |
| | | | |
| **CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B"** | | **(14.461)** | **(14.580)** |
| Pessoal e administradores | 15a | (1.025) | (982) |
| Materiais | | (290) | (188) |
| Serviços de terceiros | 15b | (7.502) | (7.088) |
| Depreciação e amortização | | (5.578) | (5.485) |
| Amortização do direito de uso | | (63) | (69) |
| Outros custos operacionais | | (3) | (768) |
| | | | |
| **RESULTADO DA ATIVIDADE** | | **36.110** | **31.808** |
| | | | |
| | | | |
| **Resultado financeiro** | 16 | **2.075** | **3.118** |
| Receitas financeiras | | 2.204 | 3.242 |
| Despesas financeiras | | (129) | (124) |
| | | | |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **38.185** | **34.926** |
| | | | |
| Despesa com tributos sobre o lucro | 17 | (2.627) | (2.724) |
| **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | | **35.558** | **32.202** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de Reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | **35.558** | **32.202** |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **35.558** | **32.202** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reservas de lucros | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** | **151.309** | **-** | **(24.362)** | **126.947** |
| Resultado do exercício | - | - | 32.202 | 32.202 |
| Aprovação de dividendos adicionais propostos | - | (25.004) | - | (25.004) |
| **Outras mutações no Patrimônio Líquido:** | | | | |
| Dividendos obrigatórios | - | - | (20.422) | (20.422) |
| Dividendos adicionais propostos | - | 20.422 | (20.422) | - |
| Absorção de prejuízos regulatórios | - | 2.432 | (2.432) | - |
| **Constituição de reservas:** | | | | |
| Reserva legal | - | 2.150 | (2.150) | - |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** | **151.309** | **-** | **(37.586)** | **113.723** |
| Resultado do exercício | - | - | 35.558 | 35.558 |
| Aprovação de dividendos adicionais propostos | - | (20.296) | - | (20.296) |
| **Outras mutações no Patrimônio Líquido:** | | | | |
| Dividendos obrigatórios (R$0,1505 por ação) | - | - | (22.777) | (22.777) |
| Reserva de retenção de lucros | - | 22.776 | (22.776) | - |
| Absorção de prejuízos regulatórios | - | (4.878) | 4.878 | - |
| **Constituição de reservas:** | | | | |
| Reserva legal | - | 2.398 | (2.398) | - |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** | **151.309** | **-** | **(45.101)** | **106.208** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de Reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| Resultado do exercício | 35.558 | 32.202 |
| | | |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação e amortização (14) | 5.578 | 5.485 |
| Amortização do direito de uso (Nota 14) | 63 | 69 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17) | 2.627 | 2.724 |
| Juros passivo de arrendamento (Nota 16) | 24 | 27 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | (17) | (13.146) |
| Variações monetárias – Restituição a concessionárias | - | (103) |
| Rendas de aplicações financeiras | (2.051) | (3.070) |
| | **41.782** | **24.188** |
| | | |
| (Aumento) Redução de ativos | | |
| Consumidores e revendedores (Nota5) | (1.505) | 588 |
| Serviços em curso | (112) | 429 |
| Tributos compensáveis | (472) | (674) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar | (38) | (15) |
| Outros créditos | 130 | (333) |
| | **(1.997)** | **(5)** |
| | | |
| (Redução) Aumento de passivos | | |
| Fornecedores (Nota 9) | 902 | (116) |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 640 | 263 |
| Encargos setoriais | 343 | (301) |
| Convênio de compartilhamento (Nota18) | (91) | 408 |
| Outros passivos circulantes | (73) | (95) |
| | **1.721** | **159** |
| | | |
| **Caixa gerado nas atividades operacionais** | **41.506** | **24.342** |
| Imposto renda e contribuição social pagos | (1.881) | (1.792) |
| Juros de arrendamentos pagos | (24) | (27) |
| Juros Recebidos | 1.990 | 3.038 |
| **CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **41.591** | **25.561** |
| | | |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aplicações em investimentos temporários | (43.368) | (28.756) |
| Resgates em investimentos temporários | 43.292 | 52.399 |
| No imobilizado (Nota 7) | (1.346) | (5.392) |
| **CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **(1.422)** | **18.251** |
| | | |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Dividendos pagos | (40.718) | (46.427) |
| Arrendamentos pagos | (76) | (88) |
| **CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(40.794)** | **(46.515)** |
| | | |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **(625)** | **(2.703)** |
| | | |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)** | **2.144** | **4.847** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)** | **1.519** | **2.144** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A. ("Companhia" ou "Itutinga"), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória Aneel 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a Aneel alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Itutinga, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº19.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Receita (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

**2.5. Principais políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

*Intangível*

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

*Imobilizado*

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelos custos incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

| | Indexador | Taxa média a.a (%) | | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | |
| Contas bancárias | | | | 64 | 58 |
| Aplicações financeiras: | | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários | CDI | - | 99% | - | 103 |
| Overnight (1) | Pré-fixada | 11,91 a 12,15% | 11,42 a 11,65% | 1.455 | 1.983 |
| **TOTAL** | | | | **1.519** | **2.144** |

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as políticas contábeis materiais.

## 4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

| | Indexador | Taxa média a.a. (%) | | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Certificado de Depósitos Bancários | CDI | - | 103 a 104,3 | - | 416 |
| Letras Financeiras - Bancos | CDI | 104,7 a 113,51 | 108,6 a 111,98 | 2.553 | 2.683 |
| Letras Financeiras do Tesouro | Selic | 10,72 a 10,85 | 11,38 a 11,85 | 662 | 1.210 |
| Fundos vinculados | | - | | - | 2 |
| Debêntures | CDI | TR + 1% a 122,90 | TR + 1,00 a 118,69 | 46 | 44 |
| | | | | **3.261** | **4.355** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Letras Financeiras - Bancos | CDI | 104,7 a 113,51 | - | 1.230 | - |
| | | | | **1.230** | **-** |
| **TOTAL** | | | | **4.491** | **4.355** |

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

## 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

| Descrição | Valores correntes | | | | | | Total 2024 | Total 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Corrente a vencer | | Corrente vencida | | | | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | | |
| **Fornecimento de energia** | **(16)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(16)** | **(6)** |
| (-) Arrecad. Processo Classif. | (16) | - | - | - | - | - | (16) | (6) |
| **Suprimento energia – Moeda nacional** | **-** | **535** | **1.293** | **-** | **-** | **-** | **1.828** | **-** |
| **Suprimento/ Encargo rede não faturado** | **4.446** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **4.446** | **4.759** |
| **TOTAL** | **4.430** | **535** | **1.293** | **-** | **-** | **-** | **6.258** | **4.753** |

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| ICMS | 110 | 285 |
| Pis/Pasep e Cofins | 799 | 565 |
| **Total** | **909** | **850** |
| | | |
| **Circulante** | **47** | **342** |
| **Não Circulante** | **862** | **508** |

## 7. IMOBILIZADO

| Ativo Imobilizado | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Em serviço** | | **8.673** | **(898)** | **7.775** | **8.530** | **(594)** | **7.936** |
| Obras civis, benfeitorias e edificações | 4,00 | **47** | **(8)** | **39** | **47** | **(7)** | **40** |
| Máquinas e equipamentos | 3,50 | 8.626 | (890) | 7.736 | 8.483 | (587) | **7.896** |
| | | | | | | | |
| **Em curso** | | | | | | | |
| **Geração** | | **4.264** | **-** | **4.264** | **3.061** | **-** | **3.061** |
| **TOTAL AIS + AIC** | | **12.937** | **(898)** | **12.039** | **11.591** | **(594)** | **10.997** |

A movimentação do imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em serviço | Valor bruto em 31/12/2023 | Adição (A) | Transferências/ Capitalizações (c) | Valor bruto em 31/12/2024 | Adições líquidas = (A) + (C) | Deprec. acum. | Valor líquido em 31/12/2024 | Valor líquido em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Geração** | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 8.483 | 117 | 26 | 8.626 | 143 | (889) | 7.737 | 7.896 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 47 | - | - | 47 | - | (9) | 38 | 40 |
| **Subtotal** | **8.530** | **117** | **26** | **8.673** | **143** | **(898)** | **7.775** | **7.936** |

| Ativo Imobilizado em curso | Valor bruto em 31/12/2023 | Adição (A) | Transferências/ Capitalizações (c) | Valor bruto em 31/12/2024 | Adições líquidas = (A) + (C) | Deprec. acum. | Valor líquido em 31/12/2024 | Valor líquido em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Geração** | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos (1) | 1.890 | 1.229 | (26) | 3.093 | 1.203 | - | 3.093 | 1.890 |
| Outros | 1.171 | - | - | 1.171 | - | - | 1.171 | 1.171 |
| **Subtotal** | **3.061** | **1.229** | **(26)** | **4.264** | **1.203** | **-** | **4.264** | **3.061** |
| **Total do ativo Imobilizado** | **11.591** | **1.346** | **-** | **12.937** | **1.346** | **(898)** | **12.039** | **10.997** |

(1) Saldo referente à adição de R$1.143 em máquinas e serviços e R$86 em serviços de terceiros.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

| Adições do ativo imobilizado em curso | Materiais/ equipamentos | Serviços de terceiros | Total |
|---|---|---|---|
| Máquinas e Equipamentos | 1.260 | 86 | 1.346 |
| **Total das Adições** | **1.260** | **86** | **1.346** |

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2024 é de 3,51% (3,52% em 2023).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da Aneel para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

## 8. INTANGÍVEL

| Ativo Intangível | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| **Em serviço** | | | | | | |
| **Geração** | **153.324** | **(41.184)** | **112.140** | **153.324** | **(35.931)** | **117.393** |
| Bonificação pela outorga | 145.611 | (40.340) | 105.271 | 145.611 | (35.328) | 110.283 |
| Extensão da concessão | 7.713 | (844) | 6.869 | 7.713 | (603) | 7.110 |
| **Total do Ativo Intangível** | **153.324** | **(41.184)** | **112.140** | **153.324** | **(35.931)** | **117.393** |

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

| Intangível | Valor bruto em 31/12/2023 | Valor bruto em 31/12/2024 | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2024 | Valor líquido em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | | |
| **Geração** | **153.324** | **153.324** | **(41.184)** | **112.140** | **117.393** |
| Bonificação pela outorga | 145.611 | 145.611 | (40.340) | 105.271 | 110.283 |
| Extensão da concessão | 7.713 | 7.713 | (844) | 6.869 | 7.110 |
| **Total do Ativo Intangível** | **153.324** | **153.324** | **(41.184)** | **112.140** | **117.393** |

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

| Agente/Usina | Ativo intangível – Direito de extensão da outorga | Fim da concessão | Extensão em anos | Novo fim da concessão |
|---|---|---|---|---|
| Cemig Geração Itutinga | 7.713 | 05/01/2046 | 7 | 03/01/2053 |

## 9. FORNECEDORES

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Suprimento e transporte de energia | 31 | 29 |
| Materiais e serviços | 2.043 | 1.143 |
| **TOTAL** | **2.074** | **1.172** |

## 10. ENCARGOS SETORIAIS

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Passivo** | | |
| Taxa de Fiscalização da Aneel | 15 | 2 |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético | 16 | 16 |
| Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos | 243 | 156 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico | 32 | 32 |
| Pesquisa e Desenvolvimento (1) | 1.013 | 882 |
| CDE sobre P&D | 10 | 10 |
| | **1.329** | **1.098** |
| | | |
| **Circulante** | **325** | **776** |
| **Não Circulante** | **1.004** | **322** |

(1) As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

## 11. TRIBUTOS

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| ICMS | 53 | 55 |
| Cofins | 132 | 124 |
| PIS/Pasep | 29 | 27 |
| INSS | 121 | 77 |
| ISSQN | 49 | 23 |
| Outros | 40 | 15 |
| **TOTAL** | **424** | **321** |
| | | |
| **Não circulante** | | |
| COFINS | 1.706 | 1.264 |
| PASEP | 369 | 274 |
| **Total** | **2.075** | **1.538** |
| | | |
| **TOTAL** | **2.499** | **1.859** |

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Imposto de renda | 313 | 208 |
| Contribuição social | 221 | 229 |
| | **534** | **437** |
| | | |
| **Não circulante** | | |
| Imposto de renda | 1.104 | 950 |
| Contribuição social | 583 | 501 |
| | **1.687** | **1.451** |
| | | |
| **TOTAL** | **2.221** | **1.888** |

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

### b) Reservas

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

| Reservas de lucros | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Reserva legal | 17.573 | 15.175 |
| Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos) | 43.198 | 40.718 |
| Absorção de prejuízos regulatórios | (60.771) | (55.893) |
| | - | - |

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R$2.398 de reserva legal em 2024, correspondendo a 5,00% do lucro societário apurado no exercício.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R$22.776 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

### c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício societário, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2024 e 2023 foi feito conforme abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Dividendos obrigatórios** | | |
| Resultado do exercício societário | 47.951 | 42.994 |
| Reserva legal constituída | (2.398) | (2.150) |
| | **45.553** | **40.844** |
| | | |
| Dividendos obrigatórios | 22.777 | 20.422 |
| Reserva de retenção de lucros | 22.776 | 20.422 |
| **Total dos dividendos** | **45.553** | **40.844** |

### d) Destinação do Resultado societário

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024, no montante de R$47.951, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.398 para constituição de reserva legal;
- R$22.777 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R$22.776 para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma o saldo da reserva de retenção de lucros

### e) Dividendos

A Companhia registrou na reserva especial o montante de R$22.776 referentes a dividendos adicionais propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

### f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **20.422** |
| Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023 | (20.422) |
| Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024 | 22.777 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **22.777** |

### g) Pagamentos dos dividendos

| | |
|---|---|
| Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022 (1) | 20.296 |
| Pagamento de dividendos adicionais ref. 2023 | 20.422 |
| | **40.718** |

(1) Aprovados na Proposta de Deliberação n º 115/2024

## 13. RECEITA

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Fornecimento Industrial (1) | - | 4.031 |
| Transações com energia na CCEE | 7.167 | 1.610 |
| Suprimento cotas - Geração própria | 47.718 | 34.343 |
| Suprimento não faturado cotas - Geração própria | 163 | (922) |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | 17 | 13.146 |
| **Suprimento bruto de energia elétrica (a)** | **55.065** | **52.208** |
| Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b) | (4.140) | (4.659) |
| | **50.925** | **47.549** |

(1) Contrato de venda concluído em dez/23 e não houve nova contratação em 2024.

### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

| | Nº de consumidores (Não auditado) | | MWh (Não auditado) | | R$ Mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fornecimento industrial | - | 1 | - | 46.283 | - | 4.031 |
| Fornecimento não faturado | - | - | | | - | - |
| Suprimento faturado (1) | 83 | 78 | 147.327 | 151.106 | 47.718 | 34.343 |
| Suprimento não faturado | - | - | - | - | 163 | (922) |
| Energia elétrica de curto prazo | - | - | - | - | 7.167 | 1.610 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | | | | 17 | 13.146 |
| **Total** | **83** | **79** | **147.327** | **197.389** | **55.065** | **52.208** |

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

### b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Tributos sobre a receita** | | |
| ICMS | 121 | 840 |
| Cofins | 1.869 | 1.620 |
| PIS/Pasep | 405 | 351 |
| | **2.395** | **2.811** |
| **Encargos do consumidor** | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 143 | 125 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 204 | 159 |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | 102 | 79 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | 101 | 10 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | 1.134 | 1.440 |
| CDE sobre P&D | 61 | 35 |
| | **1.745** | **1.848** |
| **Total** | **4.140** | **4.659** |

## 14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Energia elétrica comprada para revenda | - | (18) |
| Encargos de uso da rede de distribuição | 354 | 1.179 |
| | **354** | **1.161** |

## 15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Pessoal e administradores (a) | 1.025 | 982 |
| Materiais | 290 | 188 |
| Serviços de terceiros (b) | 7.502 | 7.088 |
| Depreciação e amortização | 5.641 | 5.554 |
| Outros custos e despesas operacionais líquidos | 3 | 768 |
| | **14.461** | **14.580** |

### a) Pessoal e administradores

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Pessoal** | | |
| **Outros** | | |
| Convênio de compartilhamento | 932 | 918 |
| | **932** | **918** |
| **Administradores** | | |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 75 | 59 |
| Participação nos resultados | 12 | - |
| Benefícios dos administradores | 6 | 5 |
| | **93** | **64** |
| **TOTAL** | **1.025** | **982** |

### b) Serviços de terceiros

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Convênio de compartilhamento - O&M | 4.290 | 4.330 |
| Manutenção, conservação e instalações (1) | 999 | 700 |
| Vigilância | 210 | 199 |
| Conservação e limpeza de prédios | 773 | 612 |
| Despesas com transporte | 23 | - |
| Meio ambiente | 938 | 714 |
| Tecnologia da informação | 185 | 208 |
| Auditoria externa | 36 | 34 |
| Outros | 48 | 291 |
| **TOTAL** | **7.502** | **7.088** |

Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicação financeira | 2.070 | 3.083 |
| Variações monetárias - Restituição a concessionárias | - | 103 |
| Outras receitas financeiras | 134 | 56 |
| | **2.204** | **3.242** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros passivo de arrendamento | (24) | (27) |
| Outras despesas financeiras | (105) | (97) |
| | **(129)** | **(124)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **2.075** | **3.118** |

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | 31/12/2024 | |
|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição social |
| **LUCRO PRESUMIDO** | | |
| Suprimento Bruto de Energia Elétrica | 54.892 | 54.892 |
| ICMS ST | (121) | (121) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Receita Operacional Tributada** | **4.382** | **6.573** |
| Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras | 2.036 | 2.036 |
| Outras Receitas Financeiras | 106 | 106 |
| **Base de Cálculo Lucro Presumido** | **6.523** | **8.714** |
| Alíquota | 15% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido** | **978** | **784** |
| Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R$240) | 628 | - |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total** | **1.607** | **784** |
| | | |
| Rendas de aplicações | 2.070 | 2.070 |
| Rendas de aplicações resgatadas | 2.036 | 2.036 |
| Rendas de aplicações não resgatadas | 34 | 34 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas** | **9** | **3** |
| | | |
| Receita por competência diferida | 7.536 | 7.536 |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Base de Cálculo** | **603** | **904** |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência** | **151** | **81** |
| | | |
| Amortização Custo GSF Diferido | (241) | (241) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Base de Cálculo** | **(19)** | **(29)** |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF** | **(5)** | **(3)** |
| | | |
| **Corrente** | **1.607** | **784** |
| **Diferido** | **154** | **82** |

| | 31/12/2023 | |
|---|---|---|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| **LUCRO PRESUMIDO** | | |
| Suprimento Bruto de Energia Elétrica | 39.638 | 39.638 |
| ICMS ST | (71) | (71) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Receita Operacional Tributada** | **3.165** | **4.748** |
| Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras | 4.293 | 4.293 |
| Outras Receitas Financeiras | 23 | 23 |
| **Base de Cálculo Lucro Presumido** | **7.481** | **9.064** |
| Alíquota | 15% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido** | **1.122** | **816** |
| Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R$240) | 724 | 0 |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total** | **1.846** | **816** |
| | | |
| **Ajuste de ECF** | **(11)** | **(5)** |
| | | |
| Rendas de aplicações | 3.083 | 3.083 |
| Rendas de aplicações resgatadas | (4.293) | (4.293) |
| Rendas de aplicações não resgatadas | (1.210) | (1.210) |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas** | **(303)** | **(109)** |
| Receita por competência diferida | 6.120 | 6.120 |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Base de Cálculo** | **490** | **734** |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência** | **122** | **66** |
| Amortização Custo GSF Diferido | (241) | (241) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Base de Cálculo** | **(19)** | **(29)** |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF** | **(5)** | **(3)** |
| Diferimento suprimento não faturado outros | **10.005** | **10.005** |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| **Base de Cálculo** | **800** | **1.201** |
| Alíquota | 25% | 9% |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social - Suprimento Não Faturado** | **200** | **108** |
| | | |
| **Corrente** | **1.835** | **811** |
| **Diferido** | **15** | **63** |

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

### Operações com energia elétrica

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Operações com energia elétrica** | | | | | | | | |
| Cemig Distribuição | 324 | 318 | - | - | 3.859 | 2.775 | - | - |

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

### Encargos

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Encargos de distribuição** | | | | | | | | |
| Cemig Distribuição | - | - | 31 | 29 | - | - | (353) | (1.176) |

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

### Convênio de compartilhamento

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Convênio de compartilhamento** | | | | | | | | |
| Companhia Energética de Minas Gerais | - | - | - | 408 | - | - | - | (408) |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 320 | - | - | - | (1.088) | (269) |
| | | | | | | | | |
| **Convênio de compartilhamento - O&M** | | | | | | | | |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 772 | 610 | - | - | (4.290) | (4.330) |

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas,

o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

**Dividendos**

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 22.777 | 20.422 | - | - | - | - |

A Diretoria Executiva, aprovou a declaração de Dividendos no total de R$45.553. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 12.

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **FIC Pampulha** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 1.455 | 1.983 | - | - | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 3.261 | 4.353 | - | - | 80 | 43 | - | - |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 1.230 | - | - | - | - | - | - | - |

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Remuneração | 77 | 59 |
| Participação nos resultados | 21 | 14 |
| Previdência privada | 5 | 5 |
| **Total (1)** | **103** | **78** |

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

(1) Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

| | Nível | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| **Ativos** | | | | | |
| **Custo amortizado (1)** | | | | | |
| Consumidores e revendedores | 2 | 6.258 | 6.258 | 4.753 | 4.753 |
| | | **6.258** | **6.258** | **4.753** | **4.753** |
| | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | |
| Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras | 2 | 1.455 | 1.455 | 2.086 | 2.086 |
| *Investimentos temporários* | | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs | 1 | - | - | 416 | 416 |
| Letras Financeiras Bancos - LFs | 2 | 2.553 | 2.553 | 2.683 | 2.683 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1 | 708 | 708 | 1.255 | 1.255 |
| | | **4.716** | **4.716** | **6.440** | **6.440** |
| | | **10.974** | **10.974** | **11.193** | **11.193** |
| | | | | | |
| **Passivos** | | | | | |
| **Custo amortizado (1)** | | | | | |
| Fornecedores | 2 | (2.074) | (2.074) | (1.172) | (1.172) |
| Passivo de arrendamentos | | (308) | (308) | (439) | (439) |
| | | **(2.382)** | **(2.382)** | **(1.611)** | **(1.611)** |

(2) Em 31 de dezembro de 2024 E 2023, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** preço cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** técnica de avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** título patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

**Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

**b) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

*Risco de liquidez*

Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **- Pré-fixadas** | | | | | | |
| Fornecedores | 1.559 | 446 | 48 | 4 | 17 | **2.074** |
| Arrendamentos | 8 | 8 | 90 | 194 | 98 | **398** |
| **TOTAL** | **1.567** | **454** | **138** | **198** | **115** | **2.472** |

*Risco de crédito*

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

*Risco Hidrológico*

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

## 20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## a) Conciliação do ativo societário e regulatório

| | Notas | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.519 | - | 1.519 | 2.144 | - | 2.144 |
| Investimentos temporários | | 3.261 | - | 3.261 | 4.355 | (2) | 4.353 |
| Consumidores e revendedores | | 6.258 | - | 6.258 | 4.753 | - | 4.753 |
| Tributos compensáveis | | 47 | | 47 | 342 | | 342 |
| Serviços em curso | 20.3 | 112 | (112) | - | - | - | - |
| Ativo financeiro da concessão | 20.1 | - | 24.022 | 24.022 | - | 22.978 | 22.978 |
| Outros créditos | | - | - | - | 3 | 2 | 5 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **11.197** | **23.910** | **35.107** | **11.597** | **22.978** | **34.575** |
| | | | | | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Investimentos temporários | | 1.230 | - | 1.230 | - | - | - |
| Tributos compensáveis | | 862 | - | 862 | 508 | - | 508 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar | | 53 | - | 53 | 15 | - | 15 |
| Ativo financeiro da concessão | 20.1 | - | 187.120 | 187.120 | - | 180.784 | 180.784 |
| Imobilizado | | 12.040 | - | 12.040 | 10.997 | - | 10.997 |
| Intangível | 20.1 | 112.139 | (105.270) | 6.869 | 117.393 | (110.283) | 7.110 |
| Direito de uso | | 283 | - | 283 | 423 | - | 423 |
| Outros créditos | | 49 | - | 49 | 97 | - | 97 |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **126.656** | **81.850** | **208.506** | **129.433** | **70.501** | **199.934** |
| **ATIVO TOTAL** | | **137.853** | **105.760** | **243.613** | **141.030** | **93.479** | **234.509** |

## b) Conciliação do passivo societário e regulatório

| | Notas | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Fornecedores | | 2.074 | - | 2.074 | 1.172 | - | 1.172 |
| Encargos setoriais | 20.3 | 437 | (112) | 325 | 776 | - | 776 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | 424 | - | 424 | 321 | - | 321 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher | | 534 | - | 534 | 437 | - | 437 |
| Dividendos a pagar | | 22.777 | - | 22.777 | 20.422 | - | 20.422 |
| Convênio de compartilhamento | | 317 | - | 317 | 408 | - | 408 |
| Passivo de arrendamentos | | 94 | - | 94 | 96 | - | 96 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **26.657** | **(112)** | **26.545** | **23.632** | **-** | **23.632** |
| | | | | | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Encargos setoriais | | 1.004 | - | 1.004 | 322 | - | 322 |
| Impostos, taxas e contribuições | | 2.075 | - | 2.075 | 1.538 | - | 1.538 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | 1.687 | - | 1.687 | 1.451 | - | 1.451 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | - | - | - | 17 | - | 17 |
| Passivo de arrendamentos | | 214 | - | 214 | 343 | - | 343 |
| Outros Passivos | | 8 | | 8 | 4 | - | 4 |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **4.988** | **-** | **4.988** | **3.675** | **-** | **3.675** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **31.645** | **(112)** | **31.533** | **27.307** | **-** | **27.307** |
| | | | | | | | |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | |
| Capital social | | 151.309 | - | 151.309 | 151.309 | - | 151.309 |
| Reservas de lucros | 20.1 | - | 60.771 | 60.771 | - | 55.893 | 55.893 |
| Prejuízos acumulados | 20.1 | (45.101) | 45.101 | - | (37.586) | 37.586 | - |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **106.208** | **105.872** | **212.080** | **113.723** | **93.479** | **207.202** |
| **PASSIVO TOTAL** | | **137.853** | **105.760** | **243.613** | **141.030** | **93.479** | **234.509** |

## c) Conciliação do resultado societário e regulatório

| | Notas | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **RECEITA** | | **55.065** | **7.380** | **62.445** | **52.208** | **5.779** | **57.987** |
| Fornecimento Industrial | | - | - | - | 4.031 | - | 4.031 |
| Transações com Energia na CCEE | | 7.167 | - | 7.167 | 1.610 | - | 1.610 |
| Suprimento Cotas - Geração Própria | | 47.718 | - | 47.718 | 34.343 | - | 34.343 |
| Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria | | 163 | - | 163 | (922) | - | (922) |
| Amortização do ativo financeiro | 20.1 | - | (24.736) | (24.736) | - | (23.853) | (23.853) |
| Atualização do ativo financeiro | 20.1 | - | 32.116 | 32.116 | - | 29.632 | 29.632 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | 17 | - | 17 | 13.146 | - | 13.146 |
| | | | | | | | |
| **TRIBUTOS** | | **(2.395)** | **-** | **(2.395)** | **(2.811)** | **-** | **(2.811)** |
| PIS/Pasep | | (405) | - | (405) | (351) | - | (351) |
| Cofins | | (1.869) | - | (1.869) | (1.620) | - | (1.620) |
| ICMS | | (121) | - | (121) | (840) | - | (840) |
| | | | | | | | |
| **ENCARGOS – PARCELA "A"** | | **(1.745)** | **-** | **(1.745)** | **(1.848)** | **-** | **(1.848)** |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (143) | - | (143) | (125) | - | (125) |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | | (204) | - | (204) | (159) | - | (159) |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | | (102) | - | (102) | (79) | - | (79) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | (101) | - | (101) | (10) | - | (10) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (1.134) | - | (1.134) | (1.440) | - | (1.440) |
| CDE sobre P&D | | (61) | - | (61) | (35) | - | (35) |
| | | | | | | | |
| **RECEITA LÍQUIDA** | | **50.925** | **7.380** | **58.305** | **47.549** | **5.779** | **53.328** |
| | | | | | | | |
| **CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"** | | **(354)** | **-** | **(354)** | **(1.161)** | **-** | **(1.161)** |
| Encargos de uso da rede de distribuição | | (354) | - | (354) | (1.179) | - | (1.179) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | - | - | - | 18 | - | 18 |
| | | | | | | | |
| **RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS** | | **50.571** | **7.380** | **57.951** | **46.388** | **5.779** | **52.167** |
| | | | | | | | |
| **CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"** | | **(14.461)** | **5.013** | **(9.448)** | **(14.580)** | **5.013** | **(9.567)** |
| Pessoal e administradores | | (1.025) | - | (1.025) | (982) | - | (982) |
| Materiais | | (290) | - | (290) | (188) | - | (188) |
| Serviços de terceiros | | (7.502) | - | (7.502) | (7.088) | - | (7.088) |
| Depreciação e amortização | 20.1 | (5.578) | 5.013 | (565) | (5.485) | 5.013 | (472) |
| Amortização direito de uso | | (63) | - | (63) | (69) | - | (69) |
| Outros custos operacionais | | (3) | - | (3) | (768) | - | (768) |
| | | | | | | | |
| **RESULTADO DA ATIVIDADE** | | **36.110** | **12.393** | **48.503** | **31.808** | **10.792** | **42.600** |
| | | | | | | | |
| **Resultado financeiro** | | **2.075** | **-** | **2.075** | **3.118** | **-** | **3.118** |
| Receitas financeiras | | 2.204 | - | 2.204 | 3.242 | - | 3.242 |
| Despesas financeiras | | (129) | - | (129) | (124) | - | (124) |
| | | | | | | | |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **38.185** | **12.393** | **50.578** | **34.926** | **10.792** | **45.718** |
| Despesa com tributos sobre o lucro | | (2.627) | - | (2.627) | (2.724) | - | (2.724) |
| **Resultado líquido** | | **35.558** | **12.393** | **47.951** | **32.202** | **10.792** | **42.994** |

### d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Patrimônio líquido societário** | **212.080** | **207.202** |
| **Efeito dos ajustes de práticas contábeis** | | |
| Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas | (4.461) | (4.461) |
| Bonificação pela outorga – Ajuste resultado | (101.411) | (89.018) |
| **Patrimônio líquido regulatório** | **106.208** | **113.723** |

### e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido societário** | **47.951** | **42.994** |
| **Efeito dos ajustes de práticas contábeis** | | |
| Bonificação pela outorga | (7.380) | (5.779) |
| Amortização - Ativo intangível | (5.013) | (5.013) |
| **Total dos ajustes de práticas contábeis** | **(12.393)** | **(10.792)** |
| **Lucro líquido regulatório** | **35.558** | **32.202** |

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Contábeis Societárias são como segue:

### *20.1. Bonificação pela outorga*

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como atualização do ativo financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

### *20.2. Investimentos temporários*

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos fundos vinculados estão apresentados em outros ativos.

### *20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)*

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

** * * * * * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Cemig Geração Itutinga S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019**
Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

**CÓDIGO PENAL**
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.